

Resenha**Crítica das Práticas Midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**

José Luiz Aidar Prado (Org.), São Paulo, Hacker Editores, 2002, 168 p.

Marina Magalhães de Moraes¹

“Crítica das Práticas Midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas” reúne o esforço de onze autores, dentre eles consagrados pesquisadores do campo das Teorias da Comunicação Social, no sentido de estabelecer rumos para a pesquisa das mídias que considerem as mudanças do mundo globalizado não contempladas pelos modelos anteriores.

O livro apresenta uma seleção dos textos apresentados por pesquisadores de todo o país no 1º Seminário Interprogramas de Pós-Graduação em Comunicação, realizado no final de 2000 pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Sob a organização do professor doutor do Programa, José Luiz Aidar Prado, autor de livros como *Brecha na Comunicação* (1996) e co-autor de *Desafios da Comunicação* (2001), a obra é iniciada com o texto “O que significa fazer hoje a crítica das práticas midiáticas?”, escrito pelo próprio organizador.

Após apresentar a proposta do livro e do evento, Prado faz uma breve reflexão acerca da necessidade de discutir os limites do campo, as metodologias, as temáticas de relevo e a construção dos objetos de pesquisa em Comunicação. Como caminho, propõe a realização de eventos que estimulem o confronto argumentativo de pesquisadores dos programas de pós-graduação de todo o país, a exemplo do seminário que deu origem ao livro.

Os demais textos da obra estão divididos em duas partes: Da Sociedade de Massa à Sociedade em Rede, e Ciberculturas e Sociedade em Rede, cada uma com cinco ensaios. A primeira abre com “Mediacriticism ou o dilema do espetáculo de massas” de Ciro Marcondes Filho, professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP).

Neste ensaio, o autor traça um resgate da história da crítica, do confronto de idéias e posicionamentos. “Falar é combater”, cita Lyotard, ao afirmar que a comunicação delimita espaços e envolve estratégias de poder, com suas formas diversificadas de violência. A própria recusa à crítica é apontada como um tipo de violência de dominação.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB.

Apesar de rejeitar a avaliação baseada em dualidades simplistas como verdadeiro e falso, por representarem uma visão unidimensional de mundo, Marcondes Filho não sugere um novo paradigma para a crítica das práticas midiáticas. Ele defende a volta da contestação das manobras de manipulação e de tudo mais que se imponha como verdade, através da organização dos critérios já existentes para uma crítica coletiva, com a participação mais consciente dos agentes de cultura.

Em “Sistema Social Crítico Interpretativo”, José Luiz Braga, professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos (RS), aponta quatro perspectivas para ajudar a sociedade a fazer a crítica das práticas midiáticas: desenvolver critérios de avaliação dos produtos em circulação; expressar o estado das coisas; estimular a competência crítica dos usuários, e por último, incidir no sistema de produção para aperfeiçoamento dos processos dos meios.

Ele acredita que a crítica deve ser feita a partir da própria sociedade por classificar a abordagem acadêmica muito atrelada a teorias, e a jornalística como influenciada pela lógica de mercado dominante. Por isso, propõe a formação de uma teoria crítica baseada na união de três subsistemas: o sistema usuário, o sistema produtor/difusor de produtos e processos midiáticos e o sistema crítico-interpretativo que os relaciona.

Além de defender a necessidade de ensinar os usuários a fazer uso dos meios, colocando o sistema crítico como um aparato intrínseco das interações, Braga discorda da visão dos produtos midiáticos como alienantes, considerando possível imaginar desenvolvimentos qualitativos de produtos e das interações em torno deste.

Lúcia Santaella, no ensaio “A crítica das mídias na entrada do século XXI, explica que a necessidade de mudança no processo de análise da mídia deve-se à constante transformação que os fenômenos culturais vêm passando desde o século XX, inicialmente com a explosão dos meios de comunicação de massa e recentemente com a onipresença da realidade midiática.

Após percorrer a trajetória da teoria marxista dos conflitos de classe marxista e da teoria crítica da indústria cultural na Escola de Frankfurt, a professora titular da PUC-SP revela que as dificuldades de definição acerca do tema geraram preconceitos contra os meios de comunicação de massa e ignoraram as mudanças e interações nas culturas urbanas e a dinâmica do desenvolvimento tecnológico da produção cultural e dos seus impactos sociais.

Como prova, cita a divisão de teóricos integrados e apocalípticos em relação à Cibercultura, que acabam afastando a lógica capitalista da atual discussão. Mesmo considerando a internet um espaço aberto e democrático para uma multiplicidade de atividades interativas que não existiram no passado, a autora não subestima os interesses do Estado e das grandes corporações em “colonizar o

infinito”, referindo-se ao mundo virtual.

No texto “Do telégrafo à rede: o trabalho dos modelos e a apreensão da comunicação”, de Vera França, presidente da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós, a substituição do modelo do telégrafo pelo modelo conectado, extenso e diverso, pede um novo dispositivo analítico que permita interpretar o funcionamento da sociedade e traduzir a dinâmica dos processos comunicativos.

Segundo a pesquisadora, antes do paradigma de rede, o processo comunicativo vinha sendo estudado de maneira quase hegemônica, como um um fluxo linear de informações entre um emissor e um receptor. Ela também retoma o pensamento crítico da Indústria Cultural, da década de 40, e o Imperialismo Cultural, na década de 70, que retratava um mundo alimentado por uma poderosa indústria da informação, entretenimento e dominação ideológica.

Contudo, ao remeter a modelos mais recentes que enfatizam o papel ativo dos receptores, a autora descarta as aplicações analíticas impressionistas, mecânicas, sem reflexão. Ela conclui que a comunicação não pode ser explicada como relação unilateral entre dois pólos, nem se reduzir à intertextualidade característica do Ciberespaço apresentada por Lévy - que toma a rede como algo em si - mas como o viés adequado para apreender a dinâmica relacional que marca os processos comunicativos.

Em “A morte do interlocutor: por uma análise irônica da mídia”, Juremir Machado da Silva, doutor em Sociologia da Cultura e professor do Programa de Pós-Graduação da FAMECOS/PUCRS, propõe uma análise sarcástica da mídia, afirmando, de forma sagaz, que o jornalismo começa onde termina o pensamento, sinais de uma clara influência da teoria crítica da Escola de Frankfurt.

Ao endossar a ideia de espetacularização da informação, ele acusa a mídia de forjar acontecimentos e avançar limites entre notícia, publicidade e lazer, selecionando os fatos de acordo com os próprios interesses e demonstrando uma falsa interatividade, através da qual o interlocutor pode se expressar como uma espécie de ventríloquo, repetidor da mensagem assimilada no programa anterior.

A solução para o problema sugerida pelo autor, que só considera os aspectos negativos da mídia, seria o foco no próprio interlocutor como forma de possibilitar a compreensão e análise crítica desses fenômenos.

Arlindo Machado, no ensaio “O sujeito no ciberespaço”, inicia a segunda parte do livro

utilizando uma abordagem dialógica do jogo existente entre duas modalidades antagônicas de sujeito: um sujeito SE, modelado pelas máquinas e processos técnicos, e um sujeito EU, expressão de uma subjetividade irreduzível a qualquer mecanismo técnico.

Para o professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, os produtos concebidos para os novos meios substituem a tradicional figura narradora por novos agente enunciadorees. Ele cita que nas situações simuladas por computador, os ambientes e seres virtuais que aparecem na tela podem ser alterados, introduzidos, redistribuídos e destruídos por essa mega-personagem que é o usuário, receptor ativo e imerso.

Já André Lemos, em “Aspectos da cibercultura: vida social nas redes telemáticas” explica que a cibercultura não pode simplesmente ser reduzida aos impactos das redes telemáticas sobre a cultura, mas deve ser vista como uma cultura de redes, fruto da sinergia entre a sociabilidade contemporânea e as novas tecnologias de base micro-eletrônica.

Partindo desse pressuposto, uma teoria crítica dessas práticas deve observar que o espaço de fluxos já é uma realidade e configura a sociedade digital em que vivemos, instituindo uma comunicação bidirecional, aberta e multimodal. Dessa forma, o professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFBA sugere uma discussão acerca do cotidiano nesse fluxo de informação, caracterizado pelo *relegare*, pelos novos modelos de relações sociais e tribalizações.

“Sobre a divergência dos meios e as imagens maquínicas”, de Fernão Pessoa Ramos, professor de Cinema no Instituto Artes/Unicamp, não toma a questão tecnológica como ponto de partida para a crítica das práticas midiáticas. Ele define as mensagens audiovisuais e a mediação das máquinas como vetores centrais do problema.

O autor acredita que a postura convergente tecno-evolucionista embaralha os aspectos culturais importantes, desviando o foco da análise para um vetor limitado, já explorado. Por isso defende a análise das mensagens audiovisuais em nossa sociedade, como forma de redimensionar os espaços e voltar a observação da mídia para seu conteúdo efetivo e não apenas potencial.

No ensaio “Infância Digital e Cibercultura”, Sérgio Capparelli, propõe um estudo da criança no cotidiano do ciberespaço a partir da sua própria relação com a cultura em geral. Depois de passar pelos conceitos de “cultura de infância” ou “cultura infantil”, o autor chega à ligação das crianças com a rede observando uma confusão de hierarquias. A nova tecnologia, segundo ele, não é controlada apenas por adultos, mas abre espaço para territórios destituídos de controle.

Para o pesquisador, professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e

Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, essa cibercultura infantil, com sua variação dos sujeitos, a fragmentação de identidades, o desaparecimento da infância, o fim da inocência, a pracinha eletrônica e os jogos privatizados, tem origem na própria modernidade, na matriz social e cultural da infância.

O último texto do livro, “Netnografia das redes digitais”, de Simone Pereira de Sá, vice-coordenadora do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação da UFF, começa o ensaio repensando o conceito de rede nas mais variadas disciplinas para criticar a utilização polissêmica do termo nos estudos comunicacionais. Para analisar a sociedade em rede, com as diversas variações semânticas do termo, ela parte do método etnográfico.

Sua pesquisa denominada *O samba em rede* investiga de que forma o carnaval carioca é tematizado no mundo virtual, através da observação dos posicionamentos dos amantes e críticos das escolas de samba nas listas de discussões virtuais. Essa escolha demonstra a linha metodológica da autora, que propõe a análise do objeto antes de tudo microscópica, local, atenta às apropriações e aos desvios em oposição aos enunciados gerais.

Os onze textos apresentados no livro estão em consonância ao afirmar que não existe um modelo de teoria único para avaliar a diversidade de fenômenos comunicacionais, do mesmo modo como não se pode propor uma análise crítica através de juízos simplistas de valores. O que existe, sim, é um caminho para o debate entre os pesquisadores, que considere o receptor ou interlocutor como parte integrante do sistema crítico capaz de melhorar suas competências para a escolha dos produtos e processos consumidos. Quem sabe assim, o hiato entre academia e o mercado de notícias e entretenimentos possa ser atenuado.